

A AGÊNCIA EM CHAMAS: SEMIÓTICA COGNITIVA E CRISE ECOLÓGICA NO DISCURSO SOBRE OS INCÊNDIOS

THE AGENCY IN FLAMES: COGNITIVE SEMIOTICS AND ECOLOGICAL CRISIS IN THE DISCOURSE ON FIRES

Carlo Andrea TASSINARI¹

Resumo: Este artigo apresenta uma análise semiótica, com base na semiótica cognitiva, tensiva e discursiva, do tratamento midiático dos incêndios que atingiram o interior do estado de São Paulo durante o verão de 2024, quando, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), houve um aumento de 225% nos focos de queimadas em relação ao ano anterior. Inserido no contexto do projeto de pesquisa *Vozes do Antropoceno. Mapas e modelos para os conflitos ecológicos (VAMP)*, o estudo parte da hipótese de que as crises ecológicas são, antes de tudo, crises de sentido: manifestações de tensões cognitivas e culturais que colocam em questão categorias fundamentais da linguagem, como "natureza", "cultura" e "agência". A partir da análise de um *corpus* de notícias locais e nacionais, o artigo investiga como o discurso jornalístico constrói diferentes atribuições de causalidade e responsabilidade em torno do fogo, evidenciando as hesitações e contradições que emergem quando se tenta distinguir entre agentes humanos e não humanos. Argumenta-se que a narrativa midiática dos incêndios revela uma verdadeira crise cognitiva das categorias de causalidade e responsabilidade, refletindo a dificuldade contemporânea de assumir uma responsabilidade coletiva diante das transformações ambientais do Antropoceno.

Palavras-chave: Semiótica Cognitiva. Antropoceno. Discurso Midiático. Incêndios. Agência. Responsabilidade.

¹ Pesquisador na Universidade de Bologna, Itália. E-mail: carlo.tassinari3@unibo.it

Abstract: This article presents a semiotic analysis – grounded in cognitive, tensive, and discursive semiotics – of the media coverage of the fires that affected the interior of the state of São Paulo during the summer of 2024, when, according to INPE, there was a 225% increase in fire outbreaks compared to the previous year. Situated within the research project *Voices of the Anthropocene: Maps and Models for Ecological Conflicts* (VAMP), the study based on the hypothesis that ecological crises are, above all, crises of meaning: manifestations of cognitive and cultural tensions that call into question fundamental categories of language such as “nature”, “culture”, and “agency”. Based on the analysis of a corpus of local and national news reports, the article examines how journalistic discourse constructs different attributions of causality and responsibility regarding fire, revealing the hesitations and contradictions that emerge when attempting to distinguish between human and non-human agents. It argues that the media narrative of the fires exposes a genuine cognitive crisis in the categories of causality and responsibility, reflecting the contemporary difficulty of assuming collective responsibility in the face of the environmental transformations of the Anthropocene.

Keywords: Cognitive Semiotics. Anthropocene. Mediatic Discourse. Wildfires. Agency. Responsibility.

| Introdução

Segundo os dados do Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais (INPE), o ano de 2024, para o Brasil, foi um ano de fogos. Em particular, com 8712 casos registrados, o estado de São Paulo bateu o recorde absoluto de incêndios por ano desde o começo do monitoramento, em 1998. Desses, 6134 ocorreram entre agosto e setembro, em conjunto com uma seca histórica. Este número é 8,6 vezes maior que o do mesmo período de 2023, no mesmo período (apenas 707), e 3,23 vezes que o do mesmo período de 2025.

Tabela 1 – Comparação do total de focos ativos detectados pelo satélite de referência em cada mês, no período de 1998 até 28 de outubro 2025

Ano	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
1998	-	-	-	-	-	451	597	580	525	433	487	121	3194
1999	7	47	78	291	500	522	683	1210	910	763	400	47	5458
2000	36	25	27	102	300	605	770	915	581	647	96	23	4127
2001	26	25	35	61	211	345	539	587	423	441	168	52	2913
2002	19	19	111	178	319	562	645	909	483	699	129	77	4150
2003	67	184	96	165	385	757	885	1194	1104	475	207	78	5597
2004	56	91	122	112	215	448	529	1012	1104	248	230	168	4333
2005	24	131	130	213	401	396	525	1161	291	264	206	90	3832
2006	107	91	186	285	587	667	1011	1096	840	233	170	94	5367
2007	43	179	267	202	392	611	423	754	779	601	130	95	4476
2008	47	34	110	132	282	178	579	489	589	120	86	150	2796
2009	33	87	106	199	219	231	159	347	148	105	81	48	1763
2010	56	183	153	148	254	635	943	2444	1923	327	153	72	7291
2011	75	76	46	76	217	318	581	1159	1211	250	110	64	4183
2012	49	107	138	121	108	63	235	521	908	259	74	79	2662
2013	51	100	60	172	170	70	243	602	590	133	105	92	2388
2014	66	94	58	93	178	312	462	1440	843	850	48	40	4484
2015	82	37	45	70	63	144	139	627	344	199	18	40	1808
2016	56	107	65	293	138	196	734	840	506	172	35	44	3186
2017	21	88	76	37	45	152	616	734	1930	134	35	34	3902
2018	41	26	124	85	317	292	1070	350	598	27	16	73	3019
2019	90	35	85	78	81	290	393	742	872	308	60	40	3074
2020	69	103	127	252	262	262	558	1111	2254	995	115	15	6123
2021	29	72	98	69	140	136	808	2277	1663	95	41	41	5469
2022	76	120	64	47	139	90	345	315	258	62	49	34	1599
2023	62	36	109	22	145	134	253	352	375	58	54	66	1666
2024	75	93	138	63	398	532	499	3612	2522	714	25	41	8712
2025	66	63	34	17	60	55	245	494	1011	228	-	-	2273
Máximo*	107	184	267	293	587	757	1070	3612	2522	995	487	166	8712
Média*	52	84	102	137	249	348	564	1014	910	356	123	67	3984
Mínimo*	7	19	27	22	45	63	139	315	148	27	16	15	1599

Fonte: INPE, Programa Queimada, Monitoramento dos Focos Ativos por Estado, Região ou Bioma, Programa Queimadas: https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/queimadas/situacao-atual/estatisticas/estatisticas_estados/

O interesse pelo assunto cabe por razões científicas e pessoais, ambas ligadas a um projeto de pesquisa em andamento, chamado *Vozes do Antropoceno. Mapas e modelos pelos conflitos ecológicos* – VAMP. Por conta desse projeto, apoiado por um financiamento europeu *Marie Skłodowska-Curie Global*, morei, de junho de 2024 a agosto de 2025, em Araraquara, no interior de São Paulo, trabalhando como o Grupo de Pesquisa em Semiótica da Unesp (GPS-Unesp), em parceria com minha sede de origem, a Universidade de Bologna, onde leciono semiótica. Encontrava-me, então, numa região muito afetada pelos incêndios, onde as notícias locais se tornaram rapidamente um costume. Ao mesmo tempo, o acontecimento encontrava plenamente os questionamentos científicos que fundamentam o projeto, o que motivou meu encontro (“aéreo”, por conta da fumaça na cidade, e midiático, por conta das notícias nas telas) com as chamas. A hipótese central do VAMP é que as crises ecológicas não dizem respeito a algo externo à linguagem – como por exemplo, a *Natureza em si* –, mas às próprias categorias linguísticas, cognitivas e culturais com as quais habitamos o mundo. Uma delas, talvez a mais fundamental, é a própria oposição “natureza/cultura”: a articulação que, segundo Greimas, articula, em seus fundamentos, o “universo de sentido coletivo” (Greimas; Courtés, 2008: “sociosemiótica”) ocidental que, segundo os antropólogos contemporâneos (Wagner, Strathern, Viveros de Castro e Latour), e em particular, nos termos de Philippe Descola (Descola, 2004), é a peça fundamental do “esquema de identificação” dos fenômenos distintivos da “ontologia naturalista” ocidental. Uma das decorrências imediatas desse “universo de sentido coletivo” ou “ontologia”, que conduz a distinguir “fenômenos naturais” e “fenômenos socioculturais”, é a homóloga distinção entre duas formas de agências: as agências “naturais”, que chamamos de “causais”, e as agências socioculturais, que qualificamos de (mais ou menos) “intencionais”.

Agora, no contexto das crises ecológicas do Antropoceno – uma época em que os humanos poderiam ser considerados “forças geológicas” (Crutzen; Stoermer, 2000; Crutzen, 2002) –, não parece óbvio manter a distinção entre a agência de atores humanos, regida por intencionalidade, e a agência dos atores não humanos, regida pela causalidade. A mediação dos incêndios em São Paulo traz à tona exatamente esse problema: o relato dos incêndios manifestou muitas hesitações e contradições sobre como atribuir uma causalidade aos eventos, e, em consequência, dificultava dar uma interpretação coerente dos agentes responsáveis. Daí a hipótese principal deste artigo: do ponto de vista discursivo, essa crise, que foi uma crise cognitiva das categorias da causalidade e da responsabilidade que moldam “o pano de fundo de nossa percepção” (Paolucci, 2021), diz respeito ao fogo, cujo estatuto semântico é, justamente, questionado enquanto puramente natural ou puramente cultural, estimulando uma reflexão².

2 Sobre isso, ver o livro fundamental de Stephen J. Pyne, *Pyrocene. How we created an Age of Fire, and what Happens next* (Pyne 2015). Para uma perspectiva antropológica, ver os trabalhos de Fagundes (2024a, 2024b). De um ponto de vista semiótico, parece-me útil situar essa reflexão sobre o pano de fundo do trabalho de Bachelard, que mapeia um recorte pré-moderno do imaginário do fogo, o qual a modernidade rearticula na oposição simplificada entre fogo destrutor (o fogo “espontâneo”, produzido por técnicas tradicionais ou por conta de ciclos ecológicos não antropizados) e um fogo produtor (o fogo controlado pelo viés, das tecnologias elétricas e fósseis).

Mostrarei, no curso da análise, que o enquadramento do evento como catástrofe tem muito a ver com essas crises semânticas.

Para apoiar essa ideia, divido o artigo em cinco partes. Em primeiro lugar, esclarecerei melhor o quadro teórico-metodológico do trabalho, baseado na semiótica cognitiva, tensiva e discursiva. Em segundo lugar, apresentarei os resultados mostrando como a categoria da responsabilidade emerge do relato dos incêndios. Inspirando-me no trabalho de semiótica tensiva de Claude Zilberberg (2007), vou analisar a manifestação do “efeito-responsabilidade” com base em três parâmetros: a origem da ação, a “forma” da agência e o modo de propagação de suas consequências. Vou dedicar uma seção específica da análise do *corpus* para cada um deles. Por fim, na conclusão, destacarei alguns aspectos que o discurso sobre os incêndios deixou de lado, tornando, de fato, impossível a assunção de uma responsabilidade coletiva.

1. Notas metodológicas

Antecipei que, do ponto de vista semiótico, as crises ecológicas são menos uma crise da natureza em si, do que uma crise das categorias que “moldam o pano de fundo de nossa percepção do ambiente”. Na verdade, esse ponto de vista não engaja necessariamente todas as correntes teóricas da disciplina, mas sim se inspira de uma forma de semiótica geral: aquela que tentava elaborar Umberto Eco (Eco, 1998) e que foi recentemente desenvolvida por Claudio Paolucci sob o nome da semiótica cognitiva (Paolucci, 2021, e nesse mesmo dossiê), que foca sobre o problema de como chegamos a conhecer o mundo pelo viés dos signos, dos discursos, e dos sistemas de significação que medeiam nosso relacionamento com o mundo ao redor, formando nossos “nichos semióticos”. Como antecipado, uma das categorias mais condicionantes do pano de fundo de nossa percepção do meio ambiente, a oposição natureza/cultura, tem decorrências diretas no modo de organizar, dentro de um sistema semiótico, cognitivo e cultural, as formas de agências dos seres, reverberando-se sobre um questionamento ambiental tanto clássico quanto crucial: até que ponto os eventos extremos característicos do Antropoceno são considerados de origem antrópica – e de qual “*anthropos*” estamos falando? E como formar um sentido de responsabilidade ambiental coletiva a partir da instabilidade que os tipos de agências passam nesses contextos “antropocênicos”?

Aqui, proponho colocar essas perguntas no nível da construção do sentido por parte de discursos midiáticos. Assim, para respondê-las, coletei um *corpus* de artigos e vídeos publicados *on-line* entre 20 de agosto e 23 de setembro de 2024, na *Folha de S. Paulo*, n’*A Cidade ON* e no canal *G1* do Grupo Globo, período de maior concentração de publicações sobre os incêndios. Utilizando as ferramentas de busca desses portais, e consciente de que a prática de busca *on-line* é um ato metadiscursivo, constitutivo da textualidade submissa à análise (Schwartzmann, 2019), construí um “*corpus* potencial” de cerca de 150 publicações que continham os lexemas “incêndios” e/ou “queimadas” e “São Paulo”. Após eliminação de conteúdos redundantes, aplicando o princípio estrutural

do esgotamento das variantes, cheguei a considerar 80 publicações que me pareciam dar conta das principais estratégias de atribuição de responsabilidade pelos eventos.

Assim, organizei esse conteúdo levando em conta dois parâmetros principais. O primeiro é estritamente semântico. Trata-se da noção de isotopia temática, ou seja, da emergência de traços redundantes na superfície do discurso que permitem identificar as leituras dominantes no *corpus* (Greimas; Courtés, 2008: "Isotopia"). A partir daí, identifiquei duas interpretações principais dos eventos. Por um lado, a interpretação "ambientalista", ligada à seca e, portanto, às mudanças climáticas; por outro lado, a interpretação "criminal", associada a acusações de incêndios criminosos.

O segundo parâmetro, mais articulado, vem de um trabalho relativamente recente do inventor da semiótica tensiva, Claude Zilberberg. Trata-se do artigo "De la responsabilité", publicado em 2007, na revista *Actes Sémiotiques*. Nesse trabalho (Zilberberg, 2007), o autor argumenta que o "efeito responsabilidade", que é um efeito semântico bastante fluido, emerge de três variáveis principais:

- a) a origem, ou seja: a identificação de um sujeito que direciona a ação de maneira mais ou menos concentrada, ou mais ou menos intensa;
- b) a qualidade mesma da agência, ou seja: a tematização da ação como "atividade" ou como "processo";
- c) a construção das consequências, ou seja: o modo como os efeitos de uma ação chegam à realização, tanto na qualidade de "sobrevir" como de "porvir".

Vamos seguir esse esquema para apresentar alguns resultados da análise.

2. Análise e resultados

No *Dicionário Michaelis da língua portuguesa*, o termo "responsabilidade" tem duas acepções genéricas principais: 1. A "qualidade de quem é responsável"; 2. A "obrigatoriedade de responder pelos próprios atos ou por aqueles praticados por algum subordinado". Três componentes essenciais parecem dar conta dessas definições: um sujeito direcionado por um objeto; um ato que realiza esse direcionamento; uma série de consequências da ação que "obrigam" o sujeito a uma qualidade específica de "resposta". Agora, como aponta Zilberberg (2007), o essencial da responsabilidade não fica em nenhum desses elementos, mas parece consistir em uma forma de interligá-los.

2.1. Antes de tudo, a origem

Para começar, a fim de ligar o sujeito à sua ação, é preciso que seja valorizada sua autonomia. Na *Convenção quadro sobre as mudanças climáticas*, assinada no Summit

do Rio de Janeiro em 1992 (Organização das Nações Unidas, 1992), uma dificuldade se manifesta já no princípio do artigo 3, sobre as “responsabilidades comuns mais diferenciadas”. A definição instala uma tensão entre difusão e concentração da ação – em particular das suas modalidades, uma “vontade” difusa, mas um “dever” e um “poder-fazer” concentrados de forma desigual entre os atores. Assim, todos os atos se compõem de elementos autônomos, que envolvem atores que concentram em si mais competências, e heterônimos, impulsionados por competências distribuídas sobre vários atores. Agora, o efeito de “responsabilidade” emerge e se reforça quando a influência dos outros é apagada, enquanto a sua própria é ressaltada. Essa hesitação entre o eu e o ele, a concentração ou a distribuição dos vetores modais que impulsionam o ato, é constitutiva tanto dos dilemas éticos quanto de cada crise ecológica. Quem foi? Quando o humano e o não humano ficam tão interligados, não é fácil responder.

No caso dos incêndios ocorridos no estado de São Paulo, uma das tentativas mais significativas de resolver essa dúvida foi feita pela Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina da Silva, que no dia 26 de agosto, citada por todos os jornais, declara:

[...] você começa a ter em uma semana, praticamente em dois dias, vários municípios queimando ao mesmo tempo, e isso não faz parte da nossa curva de experiência [...] Do mesmo jeito que vimos um dia de fogo [em 2019, durante o governo Bolsonaro], há uma forte suspeita de que hoje esteja acontecendo de novo³.

O Ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, reportado pela *Folha de S. Paulo* em um artigo de 27 de agosto, intitulado “SP vê incêndios criminosos em canaviais e prende seis”, afirmou: “Esperamos que as investigações busquem todos os autores desses crimes, e que sejam punidos com vigor”⁴. No mesmo dia, o *G1*, da Globo, reportou: “Secretário de Defesa Civil diz que ação humana causou 99,9% dos incêndios em São Paulo”⁵. Porém, no mesmo artigo, algumas linhas embaixo, lê-se que, segundo Raoni Rajão, do Departamento de Controle do Desmatamento e Queimadas do Ministério do Meio Ambiente, “não é possível cravar que houve uma ação coordenada”.

Percebendo a tensão entre a interpretação ambientalista e a criminal, a *Folha*, na rubrica “O que pensa a Folha”, parece chamar os políticos às suas responsabilidades, publicando o editorial: “Entre o crime e o clima. Incêndios suspeitos não eximem governos de agir contra o aquecimento global”⁶. Porém, o texto não propõe como articular a coabitação desses dois fatores. O *G1* e o *Cidade On*, no entanto, insistem muito sobre a questão

3 <https://shorturl.at/2PbdJ>

4 <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/08/sp-ve-incendios-criminosos-em-canaviais-e-prende-50-suspeito-diz-secretario.shtml>

5 <https://shre.ink/qDri>

6 <https://shorturl.at/xn27f>

criminal, dando amplo espaço de fala aos representantes da Defesa Civil e da Polícia Federal. Em 30 de agosto, *A Cidade On: Araraquara* publica o artigo “PM intensifica policiamento na zona rural de Araraquara para coibir incêndios criminosos”⁷. Vários títulos desse tipo apontam para um mecanismo retórico dos jornais para manter a tensão narrativa, como a conta cotidiana dos presos – 4, 6, 10 –, até o clímax de 13 setembro, quando o G1 publica o artigo “20 pessoas foram presas em SP por incêndios florestais no estado”⁸. Apesar de a questão climática ser ressaltada mais frequentemente nos jornais locais, a *Folha* também não deixa de lançá-la na “conta dos presos”.

2.2. Agora, o ato

Começamos por distinguir duas formas de agências: o “processo” e a “atividade”. A água ferver é um processo. É uma causalidade pura, impessoal, inescapável. Dizer “Eu trabalho”, pelo contrário, exprime uma atividade; tem intencionalidade, tem atores identificados, tem escolha. Conforme a oposição, que o Antropoceno questiona, entre Natureza e Cultura, na linguagem comum distinguimos “atividades humanas” e “processos naturais”. Porém, em contextos ecológicos, humanos e não humanos ficam envolvidos em programas narrativos comuns. Agora, como destaca Zilberberg, para ter responsabilidade, é preciso “uma requalificação do processo em “atividade” (Zilberberg, 2007), sabendo que todo ato pode envolver as duas modalidades.

Levando em conta essa oposição, consideramos o pronunciamento do Ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, de 10 de setembro, retomado, por exemplo, pelo G1⁹:

Temos mudanças climáticas e fatores que transcendem as fronteiras nacionais, que estão nos desfavorecendo fortemente nesse momento. Isso é indiscutível. Porém, é igualmente indiscutível que esses incêndios florestais não estariam ocorrendo se não houvesse ação humana. [...] Há ação humana. Eventualmente, pode haver ação criminosa. E por isso mesmo a presença do supremo vem com essa ideia de diálogo, mas ao mesmo tempo de coerção! De investigação e coerção, das ações humanas, eventualmente dolosas, que podem estar ocorrendo.

Esse discurso é de particular interesse. De certa forma, ele reconhece a complexidade da situação, identificando pelo menos dois agentes responsáveis pelos incêndios, a mudança climática e a ação humana Criminosa, e instaura uma tensão entre os dois com estruturas concessivas e modalizações (“porém”, “eventualmente”). No entanto, é impressionante como a mudança climática, como tema “Global”, é imediatamente

7 <https://shorturl.at/LOCft>

8 <https://shorturl.at/ss19w>

9 <https://shorturl.at/UiQXr>

excluída da margem de ação do Estado. Ao mesmo tempo, o discurso identifica a repressão, na escala “Nacional” ou “Estadual”, como a única estratégia estadual relevante.

Um dos pontos problemáticos desse discurso é que o referenciamento deste diz respeito à situação em São Paulo. Ele é operado pela *Folha* nos artigos anteriormente citados, com uma transferência do “paradigma amazônico” (o esquema incêndio/ocupação/grilagem/ocupação de terras da União) para os incêndios do Sul (cuja terra já foram abundantemente apropriadas). Reforça-se, assim, o seguinte sistema de oposições: por um lado, processos não-humanos contra os quais se defender, mas que não podem ser tão afetados pela ação do governo; por outro lado, atividades humanas criminosas que o Governo deve reprimir. Essa oposição não prevê um espaço semântico para tematizar sobre a responsabilidade sancionatória do governo pelas práticas antrópicas não-ilegais que afeitam as mudanças climáticas. Mas, sobretudo, não considera que as “atividades” não-ilegais desses atores possam ser envolvidas diretamente com “processos” naturais que facilitam a ocorrência de incêndios. Como veremos, esse espaço vazio não é ideologicamente neutro.

Encontramos a mesma oposição exclusiva entre processos climáticos globais e atividades criminosas locais nos dispositivos de figurações adotados para visualizar as forças causadoras dos incêndios.

No primeiro pico, no entorno de 23 de agosto, a *Folha de S. Paulo*, conforme interesse que tem há alguns anos, insiste na relação entre os incêndios e a “seca histórica” que está acontecendo, junto com os ventos ligados ao efeito El Niño. Trata-se do processo das mudanças climáticas mencionado também pelo Ministro do Supremo. O jornal sustenta suas explicações com imagens ilustrativas, produzidas por satélites, da propagação da fumaça no Brasil, assim como das modelizações do INPE e do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden). Aqui, apresento alguns exemplos do estilo desse discurso visual de tipo objetivante, impessoal, purificado de atores humanos perceptíveis:

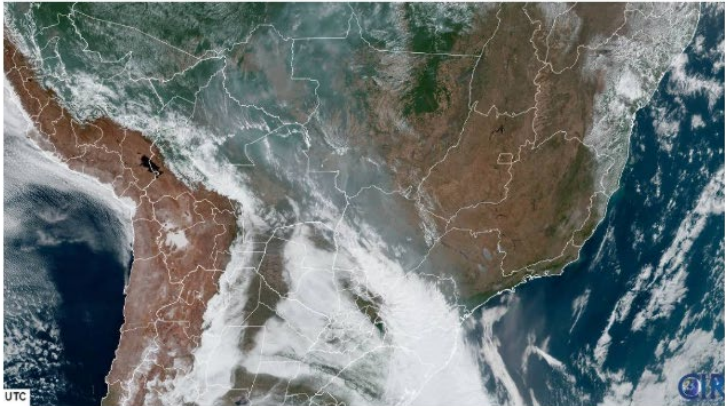
Figura 1 – As correntes aéreas associadas à seca

FOLHA DE S. PAULO

11

Brodowski, Pitangueiras, Batatais e Bebedouro também têm sido atingidos pela fuligem dos incêndios.

A situação é especialmente preocupante na área rural no município de Sertãozinho, que está sem acesso a municípios vizinhos como Pontal e Barrinha. O parque ecológico da cidade também foi fechado devido à aproximação do fogo, informou a prefeitura.



Imagens de satélite registram fumaça de incêndios mais próximas de MT e SP após aproximação de frente fria pelo Sul do Brasil - Divulgação - 23.ago.2024/RAMMB/Cira/Noaa

Segundo a Defesa Civil do Estado, há um incêndio em andamento na rodovia Carlos Tonani (SP-333), próximo à Fazenda Experimental, em Sertãozinho. Além da própria Defesa Civil, também atuam na ocorrência brigadistas e a Secretaria do [Meio ambiente](#).

Fonte: Site da Folha de S. Paulo, 23/08/2024, <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/08/fumaca-de-incendios-da-amazonia-e-do-interior-do-estado-chegam-a-sao-paulo-e-mudam-cor-do-ceu.shtml>

Por outro lado, sobretudo no G1 e nos jornais locais, como o *A Cidade On: Araraquara*, muito espaço é consagrado às atividades criminais numerosas, difundidas, imputáveis a atores humanos bem identificáveis, mas frequentemente marginais: drogados, bêbados, loucos. A seguir, um exemplo de 26 agosto de 2024, tirado do site do G1. O caso destaca, discursivamente e visualmente, os elementos “individualizantes” da atividade incendiária: contrariamente à hipótese de que as ações tinham sido coordenadas (sugerida pela estimativa da Defesa Civil de que 99,9% das ocorrências foram causadas

por ação humana)¹⁰, seguem retratos de presos como o seguinte, em que se enfatizam os traços de pessoas perturbadas, “com problemas psiquiátricos”, bem destacados, na foto frontal, pela roupa modesta e desordenada, pelo olhar assimétrico e os cabelos sujos.

Figura 2 – Retrato de incendiário.



Fonte: G1, 26 agosto 2024, <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2024/08/26/preso-por-incendio-em-sao-paulo-tem-problemas-psiquiatricos-e-nao-e-ligado-ao-pcc.ghtml>

Entre os dois polos – as mudanças climáticas globais e as ações humanas – nenhuma interação é visível. Tudo acontece como se a única atividade humana que, em nível nacional, pudesse ser identificada como responsável pelo aumento do risco de incêndio

10 <https://www.gruporioclarosp.com.br/geral/incendios-em-sao-paulo-999-das-ocorrencias-sao-atribuidas-a-acao-humanaaaafirma-defesa-civil/>

fosse a ação criminosa. Assim, a organização semântica do discurso jornalístico reproduz acriticamente o padrão do discurso político.

2.3. As consequências

Por fim, consideramos as consequências. Há consequências sobre as quais a responsabilidade “pega” e outras sobre as quais não. Zilberberg dá conta disso distinguindo dois “modos de eficiência” da ação, o “porvir” e o “sobrevir”: duas maneiras pelas quais um elemento se torna presente dentro um espaço semiótico qualquer, que seja um texto poético, uma prática lúdica ou, como em nosso caso, um discurso jornalístico. No modo do porvir, os traços semânticos e os actantes que os suportam se distribuem no discurso de modo relativamente lento, de forma progressiva, como unidades discretas. No modo do sobrevir, pelo contrário, as grandezas semióticas acessam o campo de presença do discurso de forma rápida, instantânea, invisível, numa vez só¹¹.

O modo de eficiência sobre o qual a responsabilidade “pega” bem é o “porvir”: trata-se de efeitos da ação que, de algum modo, existem virtualmente num projeto de sentido de um sujeito antes de se realizar, e aparecem progressivamente como realizados ao desenvolvimento das atividades que manifestam um programa narrativo dado. Pelo contrário, tem-se dificuldade para a responsabilidade pegar se as consequências parecem “sobrevir”, realizando-se, sem nenhuma existência virtual prévia. A “catástrofe” é uma figura exemplar do “sobrevir”; nela, o sujeito parece cercado de consequências de ações que não têm nada a ver com seu universo semântico. Como escreve Zilberberg (2007, tradução minha): “O sobrevir tem por plano de expressão o inesperado e a virtualização dos enunciados aferentes ao porvir. De forma imagética, o sujeito do porvir se descobre cercado, assediado pelos sobrevires. Chamamos de ‘desastre’ esta configuração”.

Claramente, no discurso, porvir e sobrevir sempre são misturados. No entanto, para a responsabilidade “pegar”, é necessário operar uma transferência pelo menos parcial “da esfera do sobrevir na esfera do porvir”. Isso é necessário para que medidas preventivas, sancionatórias ou compensatórias façam sentido no discurso. O discurso ecológico, por exemplo, tem desenvolvido várias estratégias nesse sentido. A “ecologia profunda” postula a possibilidade de uma tradução perfeita do sobrevir no advir, e incita um tipo de ação humana que leve em conta todos os interesses da totalidade dos humanos e dos não humanos. Em oposto, a ética da precaução, consagrada pelo princípio 15 da *Convenção do Rio*, julga essa tradução talvez impossível, e nesse caso prescreve por não agir. No meio, tem a ética da providência de Max Weber (2017), que considera responsável o sujeito que tenta um cálculo “razoável” do sobrevir diz respeito ao alcance planejado do porvir.

11 <https://claudenzilberberg.org/portal/?p=950>

Voltamos agora ao nosso *corpus*. Para além da sanção dos criminosos, que podemos identificar como uma responsabilização plena em porvir de um objetivo ilegal, observamos, no discurso jornalístico, uma forte vitimização dos agricultores que parecem inteiramente imersos na lógica dos desastres do sobrevir. Assim, em nosso *corpus*, é fácil observar vários exemplos figurativos que manifestam com absoluta precisão esta lógica como “desastre agrícola”, onde o inesperado – as marcas figurativas das chamas – vem virtualizar o projeto de sentido da produção agrícola.

Figura 3 – A construção figurativa dos incêndios como “desastre agrícola”



Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/08/usinas-oferecem-recompensa-por-autores-de-incendios-no-interior-de-sp.shtml>

Essa vitimização dos agricultores se manifesta, aliás, no alinhamento do relato jornalístico dos eventos com a perspectiva narrativa dos grandes proprietários da terra. Nessa perspectiva, tudo se resume a uma grande confrontação entre a vida e a morte, a riqueza e a devastação. O espaço da morte, evidentemente, é o espaço do fogo: selvagem, agressor, marcado pelo excesso, sempre em expansão. O espaço da vida é aquilo das vítimas: equilibrado, pacífico, ameaçado do exterior. Esse segundo espaço é mais articulado do que o primeiro: tem vítimas mais valorizadas, outras menos. As mais valorizadas e noticiadas, em nosso caso também, são os estabelecimentos humanos com propriedades privadas de grande tamanho: os espaços da civilização e da produção econômica¹². Em segundo lugar, vêm os espaços da “natureza”: árvores em chamas, animais em fuga, matos carbonizados.

¹² Este tipo de enquadramento cognitivo é relatado como frequente também nos trabalhos de análise do discurso estadunidense, com base na teoria dos frames. Ver, por exemplo, Morehouse (2010); Pavaglio *et al.* (2011).

Daí, uma valorização da ação do governo em tomar medida compensatórias ou em desregular restrições ambientais. Como lemos na *Folha* de 12 de setembro: “Produtores afetados por incêndios vão receber apoio financeiro do governo. Recursos irão para áreas que sofreram com queimadas; ministro pede suspensão de regra antidesmatamento europeia”¹³.

Além disso, a *Folha* dá bastante visibilidade à posição de empresários e prefeitos aliados e heróis em luta contra as mudanças climáticas. Assim, em 28 de agosto, lemos: “Empresários lançam um manifesto por união contra a mudança climática. Movimento acontece na esteira das tragédias provocadas por incêndios e chuvas neste ano”¹⁴. O conteúdo é publicado de modo quase idêntico pelo *G1*¹⁵. Para finalizar, encontramos, na *Folha*, em 29 de agosto: “Agro e cidades do interior de SP consideram que incêndios serão recorrentes e preparam ações. Cenário atual na região repete o caos registrado há três anos e gera discussões sobre preparação para enfrentar a crise climática”¹⁶.

| Conclusão

Esta análise do enquadramento discursivo dos incêndios e da reconstrução da responsabilidade ecológica leva a uma conclusão principal: tanto as interpretações ambientalistas quanto as criminais criam dois pontos mortos simétricos. Por um lado, a politização do debate tende a naturalizar as mudanças climáticas, vinculando sua origem antropogênica a limites internacionais que escapam – ou mesmo excluem – a competência do Estado. Por outro lado, ao alinhar o ponto de vista político ao dos agricultores, tende-se a atribuir totalmente a responsabilidade humana pelos incêndios a práticas ilegais. Embora isso possa ser em parte verdade, há pouco espaço para refletir sobre a contribuição de práticas perfeitamente legais – e bem mais frequentes enquanto “sistêmicas”, até mesmo apresentadas como positivas pelas rotinas produtivas da sociedade – para o aumento do risco de incêndios e da vulnerabilidade ao fogo: há ampla documentação científica sobre o feito em que a agricultura intensiva contribui para a secagem do solo e o depósito de biomassa altamente inflamável.

A pergunta que quero levantar, então, é a seguinte: dentro do âmbito de atividades coletivas legais, não haveria algumas que, apesar de não ter como objetivo direto as queimadas perigosas e criminosas, de fato tornam os territórios mais vulneráveis ao surgimento e à propagação de incêndios ao mesmo tempo que favorecem as mudanças climáticas?

13 <https://shre.ink/qDIn>

14 <https://shre.ink/qDI9>

15 <https://abrir.link/EwuFq>

16 <https://abrir.link/evxEM>

Esse espaço semântico permanece vazio. Porém, ele poderia articular as duas isotopias identificadas no discurso, a humana e a não humana, que, a despeito do contexto antropocênico em que vivemos, são colocadas como opostas no discurso jornalístico.

Por fim, parece-me que esses pontos mortos estão no rumo certo para uma semiótica da ecologia abrir uma reflexão sobre uma ecologia semiótica da cultura.

| Agradecimentos

A pesquisa que levou a estes resultados recebeu financiamento do programa de pesquisa e inovação *Horizon Europe* da União Europeia, sob o Acordo de Subsídio *Marie Skłodowska-Curie* nº 101106065.

| Referências

BACHELARD, G. *A psicanálise do fogo*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

CRUTZEN P.; STOERMER E. The Anthropocene. *IGBP Newsletter*, p. 17-18, 2000.

CRUTZEN, P. Geology of mankind. *Nature*, v. 415, n. 23, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/415023a> 2002. Acesso em: 15 out. 2024.

DESCOLA, P. *Par-delà nature et culture*. Paris: Gallimard, 2004.

ECO, U. *Kant et l'ornitorinco*. Milão: Bompiani, 1998.

FAGUNDES, G. Libres de brûler. *Journal des anthropologues* [En ligne], p. 164-165, 2021, mis en ligne le 02 janvier 2024. Disponível em: <http://journals.openedition.org/jda/10569>. Acesso em: 11 jan. 2024. DOI: <https://doi.org/10.4000/jda.10569>

FAGUNDES, G. As três fumaças do Piroceno. In: CARNEVALI, F.; ROSENBERG, M.; LOBATO, P.; LAGOEIRO, V. (org.). *Onde há fumaça: arte e emergência climática*. 1. ed. São Paulo: Museu Paulista, FAAMP, 2024. p. 188-192.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. Tradução Alceu Dias Lima et al. São Paulo: Contexto, 2008.

MOREHOUSE, B. J.; SONNETT, J. Narratives of wildfire. *Organization & Environment*, v. 23, n. 4, p. 379-397, dez. 2010. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.2307/27068683>. Acesso em: 15 out. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *United Nations Framework Convention on Climate Change*, New York, 9 maio 1992. Disponível em: https://treaties.un.org/doc/Treaties/1994/03/19940321%2004-56%20AM/Ch_XXVII_07p.pdf. Acesso em: 20 out. 2025.

PAVEGLIO, T. *et al.* Fanning the Flames? Media Coverage during Wildfire Events and its Relation to Broader Societal Understandings of the Hazard. *Human Ecology Review*, Summer 2011, Vol. 18, No. 1 (Summer 2011), pp. 41-52, <https://www.jstor.org/stable/24707685>

PYNE, S. *The Pyrocene*. How we created and Age of fire, and What Happens next. Berkeley: University of California Press, 2024.

PAOLUCCI, C. *Cognitive semiotics*. Cham: Springer, 2021.

SCHWARTZMANN, M. N. O retrato da chacina: estratégias de humanização no caderno cotidiano. In: ABRIATA V. L. R. *et al.* (org.). *Vozes do social: a enunciação visual e sincrética na diversidade das mídias organizadores*. Franca: Unifran, 2019. p. 83-103. Disponível em: <https://arquivos.cruzeirosuleducacional.edu.br/criacao/arquivos/serie-foco-4.pdf>. Acesso em: 15 out. 2024.

WEBER, M. *A política como vocação*. São Paulo: BookBuilders, 2017.

ZILBERBERG, C. De la responsabilité. *Actes Sémiotiques*, n. 110, 2007. DOI: <https://doi.org/10.25965/as.2435>.

Como citar este trabalho:

TASSINARI, Carlo Andrea. A agência em chamas: semiótica cognitiva e crise ecológica no discurso sobre os incêndios. *CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 28-43, dez. 2025. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/casa/index>. Acesso em "dia/mês/ano". <http://dx.doi.org/10.21709/casa.v18i2.20676>.